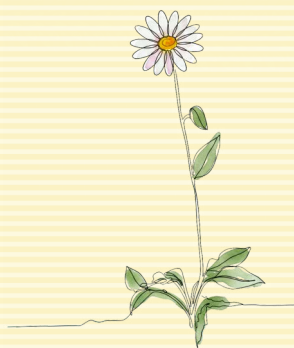


Ana Carolina Marques

CALUNDU

Crônicas de educação geográfica
e direitos humanos



apoena



Ana Carolina Marques

é doutora em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás.

Professora na Universidade Federal da Paraíba. Atua nos programas de pós-graduação em Geografia da UFPB e da Universidade Estadual de Goiás. Compõe a rede de pesquisa "Espaço, Sujeito e Existência" (Dona Alzira). Desde 2019, é colunista do blog Multiplicadores de Visat (Vigilância sanitária e Saúde do Trabalhador) da Fiocruz-RJ. Dentre sua produção acadêmica, destacam-se temas como educação geográfica, inclusão e direitos humanos.

CALUNDU

Conselho Editorial e Científico

Ricardo Junior de A. F. Gonçalves (UEG)

Valdir Specian (UEG)

Rosângela Gaze (Fiocruz-RJ)

Rosimary Gomes Rocha (UFMA)

Lenilton Francisco de Assis (UFPB)

Ana Carolina Marques

CALUNDU

Crônicas de educação geográfica
e direitos humanos

Goiânia, 2026

*Aos meus pais, pelo amor
e apoio incondicionais.*

*Ao Alexandre, parceiro de vida
e de conversas sobre a geopolítica
mundial e um mundo melhor.*

*Aos meus sobrinhos, Lucas e Otávio, e
a todas as crianças que, como os poetas,
não se cansam de olhar o mundo como
quem o vê pela primeira vez.*

ESCREVER (II)

Eu disse uma vez que escrever é uma maldição. Não me lembro por que exatamente eu o disse, e com sinceridade. Hoje repito: é uma maldição, mas uma maldição que salva.

Não estou me referindo muito a escrever para jornal. Mas escrever aquilo que eventualmente pode se transformar num conto ou num romance. É uma maldição porque obriga e arrasta como um vício penoso do qual é quase impossível se livrar, pois nada o substitui. E é uma salvação.

Salva a alma presa, salva a pessoa que se sente inútil, salva o dia que se vive e que nunca se entende a menos que se escreva. Escrever é procurar entender, é procurar reproduzir o irreproduzível, é sentir até o último fim o sentimento que permaneceria apenas vago e sufocador. Escrever é também abençoar uma vida que não foi abençoada.

Que pena que só sei escrever quando espontaneamente a “coisa” vem. Fico assim à mercê do tempo. E, entre um verdadeiro escrever e outro, podem-se passar anos.

Lembro-me agora com saudade da dor de escrever livros.

*Clarice Lispector,
Crônicas para jovens: de escrita e vida*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Marques, Ana Carolina de Oliveira

Calundu : crônicas de educação geográfica e direitos humanos / Ana Carolina de Oliveira Marques. -- 1. ed.
-- Goiânia, GO : AD Arte e Design, 2026.

ISBN 978-65-83277-44-2 (Físico)

ISBN 978-65-83277-53-4 (E-book)

1. Crônicas brasileiras 2. Direitos humanos 3. Educação I. Título.

26-331715.0

CDD-B869.8

Índices para catálogo sistemático:

1. Crônicas : Literatura brasileira B869.8

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Todos os direitos reservados a autora.

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98. Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

SUMÁRIO

Prefácio	11
Introdução	15
 Paulo Freire no canteiro de obras	 21
O reencontro com o rato de Clarice e a Guernica de Picasso	29
Manifesto contra a privatização das aspas	33
A primeira frase	37
“Di Menor”, direitos humanos e a fábrica de robôs	41
Olha Brasília, está florida! É o querer, é o querer das margaridas	47
Caderninho vermelho	53
Papo-reto	57
Aula de Geografia na Comunidade do Jacarezinho	63
Aula de Geografia na Vila Cruzeiro (RJ)	71

Aula de brigadeiro e a preparação para uma vida amarga.	77
Bruxas do mundo, uni-vos!	85
Despejo nosso de cada dia, nos dai hoje .	91
Escola militar cala boca não morreu	97
10 minutos de silêncio.	103
Terricídio no Atlântico Sul	107

PREFÁCIO

Já faz tempo. Muito tempo que eu e Caroll (Ana Carolina de Oliveira Marques) trocamos mensagens mediadas por e-mails e cartas. Mais tempo ainda que, juntos, dialogamos por telefone e, principalmente, pelo milagre da presença. Nos encontros presenciais, há sempre a abertura para o humor e o dever da interrogação.

O tempo nos fez realizar projetos de pesquisa e de formação educativa. Também organizamos e participamos de viagens dentro e fora do país. Organizamos eventos e livros; escrevemos artigos; enfrentamos conflitos entre nós e com outros. Alguns desses conflitos revelaram a alma do país e nos levaram a compreender onde estamos. Revelaram também a graça e o infortúnio de sermos brasileiros. Colocaram diante de nós o desafio

de viver com consistência ética em um país violento, desigual, covarde – e alegre.

Caroll é ainda jovem, apesar de sua longa trajetória de vida e de produção cultural. É uma escritora muito jovem, embora esteja longe de ser iniciante. Eu deveria, tendo tanta intimidade com a autora, ao escrever este prefácio em tom de responsabilidade literária, fazer a mim uma pergunta com duplo mandato: o que há de Caroll na vida das páginas de seu livro? E o que há no livro que ultrapassa a esfera biográfica da autora?

Por coincidência – e porque tudo se relaciona com tudo – escrevo estas páginas no mesmo momento em que leio o livro *Aproveitar a vida e as suas dores*. A obra, escrita pelo psicanalista Contardo Calligaris, defende o fascínio pela experiência humana e se coloca contra a busca de sentido em qualquer outro aspecto que não seja a própria experiência.

Em Contardo se encontra o que também se detecta na vida e no livro *Calundú*, de Caroll: escrever não é outra coisa senão conferir ao acontecimento humano

a dignidade do registro. Talvez se possa dizer: escreve-se para não deixar a experiência humana sucumbir nos vãos da memória – e para não permitir que a vida se reduza a um jogo banal de videogame.

As crônicas de Carroll registram acontecimentos covardes, situações pitorescas nas salas de aula, ações e projetos em favelas, bandeiras e lutas feministas, além das batalhas de trabalhadores e trabalhadoras da educação – e também alumbramentos de beleza e esperança. A vida jorra da caneta da autora com a mesma intensidade que jorra de sua cabeça de incansável retirante.

Ah, eu deveria, depois de ajeitar a respiração, manietar as mãos em direção ao computador, coçar os cabelos procurando alternativas no vácuo do pensamento, perguntar: quais são as vozes inclusas nas vozes das crônicas de *Calundu*? Ou, então, seguindo o caminho do filósofo Walter Benjamin e dos educadores Carlos Rodrigues Brandão e Paulo Freire, com abertura para os arroubos de Clarice Lispector, perguntar: que dignidade consta na narrativa de Carroll?

O livro é um passeio sério – e severo – por temas como corpo, educação, subjetividade, terricídio, escola, geografia, lutas, resistências, literatura, escrita, caderninhos vermelhos, violência e outros. É a ação de um pensamento crítico vivo, audaz e original. Tudo se constrói no labor de textos concisos, de sintaxe enxuta, de frases fortes e cortantes, fluindo em direção ao assombro e à maravilha de se encontrar viva e atuante, sem se esquivar de si mesma e de seu tempo.

São páginas reveladoras de uma luta contra a mediocridade. São páginas de quem sabe que a experiência humana é tensa, contraditória e desafiadora. Isso é o que se tem para o almoço com os amigos e com as amigas.

Eguimar Felício Chaveiro,
janeiro de 2026.

INTRODUÇÃO

Aos oito anos de idade, meus pais me levaram ao médico: não era normal tamanha irritação e *calundu* para uma criança. O médico me proibiu café. Ao chegar em casa, a primeira coisa que fiz foi tomar uma caneca cheia. O último gole finalizado com a frase: aquele homem não manda em mim!

A vida, claro, trataria de “amaciar” aquela criança. Mas minha irritação não desencadeava apenas atos de prepotência. Blindou-me, muitas vezes, de certos modismos e potenciou minha criatividade.

Nasci em Minas Gerais, mas me reconheço tocantinense. De recém nascida aos 15 anos, vivi em Arraias – uma cidadezinha no extremo sudeste do Tocantins, rodeava de serras, cachoeiras, quilombos e pequizeiros. Mudei para Goiânia ainda no ensino médio.

Na universidade, conheci um personagem fundamental na jornada que deságua neste livro: o grupo Dona Alzira.

Coordenado pelo professor Eguimar Chaveiro (professor na Universidade Federal de Goiás), no Dona Alzira desenvolvemos pesquisas e aprimoramos, coletivamente, uma das mais difíceis e complexas habilidades humanas: a escrita. Trata-se, em essência, de uma grande escola de escrita e leitura.

Ali aprendi que entre nós e o mundo, há sempre o véu transparente da linguagem; que a leitura é condição da escrita; que escrever ajuda a organizar o pensamento; que a palavra é matéria-prima do trabalho do professor, por isso é nosso dever ético zelar por ela; que escrever é um ato político; que não há conteúdo sem forma, e vice-versa; que a escrita fertiliza a imaginação; que a palavra adoece e cura; que a página em branco assombra, mas é uma grande oportunidade de enfrentarmos fantasmas, frustrações e ditadores.

Em 2019, recebi uma ligação de outro mestre na arte de escrever: o professor Fadel

de Vasconcellos, da Fiocruz (RJ). Fadel me convidou para ser colunista do blog Multiplicadores de Visat (Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador). Pude experimentar, pela primeira vez, a escrita livre, não acadêmica. Este livro é uma seleção de crônicas publicadas no blog.

Como a crônica é um gênero que interpela as coisas e acontecimentos cotidianos, escrevi acerca de temas diversos que me afetaram nos últimos 6 anos. Ao retomar, selecionar e reler os textos, percebi eixos temáticos que os alinhavam: direitos humanos, geografia e educação. Notei também destinatários correntes: professores e estudantes das escolas, universidades e núcleos de educação popular. Diria que são crônicas paradidáticas.

Os estilos narrativos se alternam. Algumas ficcionais, outras autobiográficas, epistolares ou ainda jornalístico-literárias. Confesso que gosto mais de umas que de outras, mas me orgulho que todas tenham sido escritas com sentimentos verdadeiros e propósitos coletivos. Neste país onde o

bicho do analfabetismo segue robusto e a desinformação é um poderoso instrumento de dominação, somo-me, na minha pequenez, a um enxame de escritores – amadores e profissionais – que apostam na escrita socialmente engajada.

Finalmente, o título: Calundu. Conheço esta palavra desde que me entendo por gente. Aliás, é mesmo provável que minha mãe a tenha dito ao médico, no inesquecível episódio aos meus oito anos. De origem banto, calundu é palavra abundante nas terras de preto onde cresci. Sinônimo de mau humor, recolhimento, isolamento, silêncio, retração.

Visto por outro ângulo, seria “calundu” o contraponto do excesso de fala, positividade, exposição, narcisismo que regem a sociabilidade contemporânea? Um convite à escuta, à atenção profunda, à reflexão?

Voltemos ao seu antigo significado. Calundu designava uma prática religiosa/terapêutica de matriz africana. Nesta, havia danças, tambores, cerimônias de adivinhação de doenças e cura. Aquele que se submetesse ao tratamento espiritual, entrava

em um estado de transe e recolhimento social, que desdobrou no significado atual da palavra calundu.

Escolhi esta palavra porque escrever me conduz a um estado de atenção e concentração profundas, similar ao ritual do calundu. Porém, no processo de escrita, à medida do nascimento dos últimos parágrafos, a tensão do isolamento se transmuta numa alegria espinosiana que me impulsiona ao mundo. Uma alegria corajosa. Uma alegria de quem enfrentou a página em branco, o cerceamento do direito à palavra, a dominação cultural, o silenciamento das histórias dos homens e mulheres simples, a ordem da indiferença e da insensibilização social. Desejo que esta alegria corajosa brote no coração das leitoras e leitores deste livro.

PAULO FREIRE NO CANTEIRO DE OBRAS

[19/07/2019]

*Peço licença para algumas coisas.
Primeiramente, para desfraldar
este canto de amor publicamente.
Sucedem que só sei dizer amor
quando reparto o ramo azul de estrelas
que em meu peito floresce de menino.
Peço licença para soletrar,
no alfabeto do sol pernambucano
a palavra ti-jo-lo, por exemplo,
e poder ver que dentro dela vivem
paredes, aconchegos e janelas,
e descobrir que todos os fonemas
são mágicos sinais que vão se abrindo
constelação de girassóis girando
em círculos de amor que de repente
estalam como flor no chão da casa.
Às vezes nem há casa: é só o chão.
Mas sobre o chão quem reina agora é um homem
diferente, que acaba de nascer:
porque unindo pedaços de palavras
aos poucos vai unindo argila e orvalho,*

tristeza e pão, cambão e beija-flor,
e acaba por unir a própria vida
no seu peito partida e repartida
quando afinal descobre num clarão
que o mundo é seu também, que o seu trabalho
não é a pena que paga por ser homem,
mas um modo de amar – e de ajudar
o mundo a ser melhor. Peço licença
para avisar que, ao gosto de Jesus,
este homem renascido é um homem novo:
ele atravessa os campos espalhando
a boa-nova, e chama os companheiros
a pelejar no limpo, frente a frente,
contra o bicho de quatrocentos anos,
mas cujo fel espesso não resiste
a quarenta horas de total ternura.

Peço licença para terminar
soletrando a canção de rebeldia
que existe nos fonemas da alegria:
canção de amor geral que eu vi crescer
nos olhos do homem que aprendeu a ler.

Santiago do Chile, verão de 1964

(Canção para os Fonemas da Alegria,
Thiago de Mello)

Ontem (13/07/2019), recebi uma ligação do professor Fadel de Vasconcellos, convidando-me para ser colunista do Multiplicadores de Visat. Segundos antes da ligação, eu fazia a releitura de “Pedagogia do Oprimido”, de Paulo Freire (1987). Fadel falou-me das “colunas de opinião” e disse que a última havia sido escrita pelo professor Ricardo Gonçalves da Universidade Estadual de Goiás.

Ricardo é amigo e colega de trabalho. O seu nome, pronunciado por Fadel ao telefone, subsequente à leitura de Paulo Freire, remeteu-me ao poema “Canção para os fonemas da alegria”, de autoria do poeta amazonense Thiago de Mello. Este poema, dedicado a Paulo Freire, é com frequência declamado por Ricardo. Paulo Freire – Fadel de Vasconcellos – Ricardo Gonçalves – Thiago de Mello. Dormi.

Acordei muito cedo ao som estrondoso de uma betoneira. Da janela do quarto, avistei um canteiro de obras do outro lado da rua, no lote que durante a minha infância era território das “peladas” de futebol.

Estou em Arraias (Tocantins), município interiorano em que cresci e que há anos esbarra no teto dos 10 mil habitantes. Mais precisamente estou na “rua sem saída” que leva o nome de um coronel: Rua Coronel Diolindo dos Santos Freire.

O município de Arraias faz fronteira com o território Kalunga (Nordeste Goiano), maior remanescente quilombola do país. A emergência do “arraial” que viria a se tornar vila e depois a cidade de Arraias, se deu por volta dos anos 1740, no período aurífero. A cidade foi construída com mão de obra escrava das minas de ouro.

A resistência negra implicou a existência de quatro quilombos reconhecidos no município e a influência da cultura africana nos costumes dos habitantes do campo e da cidade. Também no canteiro de obras, avistado da minha janela, a negritude se fazia presente.

A paisagem me era familiar frente à realidade da construção civil: homens negros de meia idade, de baixa escolaridade ou analfabetos; completamente expostos

aos ruídos das máquinas e à poeira tóxica do cimento; vítimas da impiedade do sol nos trópicos e da informalidade dos contratos de trabalho; desinformados quanto aos seus direitos e com baixos salários. Entre estes aspectos gerais do mundo precário do trabalho, é sobre o “bicho de quatrocentos anos” chamado analfabetismo que pretendo me demorar.

A taxa média de analfabetismo no Brasil, no ano de 2017, foi de 7,0%, levando em conta a população com mais de 15 anos de idade (IBGE). O estado do Tocantins sustenta, indigestamente, as seguintes posições no ranking do analfabetismo: 2^a posição entre os estados da Região Norte e 11^a posição no total das unidades federativas. Este “salto” de posição se deve ao incremento da Região Nordeste. Todos os estados do Nordeste, no referente ano, aproximaram ou ultrapassaram o dobro da média de analfabetismo no Brasil, girando em torno dos 14%. Na situação mais alarmante vive a população do estado de Alagoas: 18,2% de analfabetos. Curiosamente,

é o estado que lidera também os índices de violência.

Vejam os: no ano de 2014, enquanto em Santa Catarina, estado com a segunda menor taxa de analfabetismo do Brasil, 7,5 a cada 1.000 pessoas foram vítimas de homicídios com arma de fogo, em Alagoas, esse contingente foi de 56,1 pessoas (Waiselfisz – Mapa da Violência 2016).

No Tocantins, políticas de segurança pública, porte dos municípios, dificuldade de acesso às armas entre outros fatores contribuem para que os índices de violência não se assemelhem aos de Alagoas. Em 2014, por exemplo, 11,2 pessoas a cada 1000 foram assassinadas com armas de fogo, quarta menor ocorrência de homicídios entre as unidades da federação.

Ainda assim, a informação da morte violenta de 164 pessoas em um só ano no estado mais jovem da Federação precisa nos afetar: tratam-se de pessoas, histórias, sonhos, afetos interrompidos pela violência assistida e legitimada pelo Estado. Violência que tem preferências de cor, gênero, renda,

escolaridade, etnia, localidade e se enfraquece à medida da educação, da autonomia e da dignidade dos trabalhadores.

O que diria, então, Paulo Freire aos trabalhadores negros do canteiro de obras de minha pequena cidade, terra de quilombo nomeada por coronéis, para que não se tornem estatística num país que produz mais de 11 milhões de analfabetos e em média 40 mil homicídios por ano? Ele diria algo mais ou menos assim: “Façam das palavras suas armas de rebeldia e com elas construam um mundo mais justo e alegre. PS: Com betoneiras menos barulhentas, claro.”



REFERÊNCIAS

- IBGE, PNAD Contínua. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Educação, 2017.
- Freire, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17a. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 3, p. 36, 1987.
- Mello, Thiago de. In: Faz Escuro Mas eu Canto – Porruque a Manhã Vai Chegar. Poesias, Editôra Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965.

Waiselfisz, Julio Jacobo. Mapa da violência 2016: homicídios por armas de fogo no Brasil. Secretaria de Governo da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, SNJ-SG-PR, 2016.

O REENCONTRO COM O RATO DE CLARICE E A GUERNICA DE PICASSO

[20-10-2025]



“Guernica”, Pablo Picasso, 1937

Eis que o rato de Clarice, a Lispector, apareceu novamente para mim. Desta vez, em meio aos caixotes de verdura do supermercado. Eu pensava que ratos como aqueles não suportavam a brisa do litoral nordestino. Pensava que na Paraíba estaria absolutamente protegida. Traíçoeiro, pegou-me distraída

numa manhã de segunda-feira, quando a ideia do início da dieta parecia inabalável. Plena, catava mamões (aqui são mais doces), cebolas roxas (aqui são mais baratas), beterrabas (aqui são mais incomuns) e pinhas (aqui são mais frequentes).

Vinda da academia, vestia uma camiseta branca do Museu das Ligas Camponesas. Ainda recém chegada no hortifruti, ouvi uma voz firme e alta: “*sabia que nos Estados Unidos não existe aula de Geografia? O foco é matemática, robótica... Não se fala desse negócio de direitos humanos, sabia?!*” A palavra Geografia exerceu sobre mim atração superior à repulsa da palavra matemática. Olhei na direção da voz e vi um senhor. O sotaque não era nordestino. Segui a olhar para baixo.

Tive que buscar o saco de batatas-doces que esqueci no parapeito, quando fui assaltada por uma voz feminina: “*Só aqui mesmo, no Brasil, essa palhaçada. Esses esquerdistas tinham que ser todos mortos!*” Levantei a cabeça e vi a mulher com os olhos fixados na minha camiseta. [revivi, no momento da escrita, os segundos de taquicardia do momento vivido].

O susto se transfigurou em pânico quando percebi que, ao lado da mulher, havia um carrinho de bebê, com o bebê. Como pode o ódio circular numa manhã ensolarada, entre bebês e melancias, a arrepiar espinhas dorsais desprevenidas? Como pode a Guernica de Picasso se impor aos meus pensamentos voltados à difícil escolha entre abobrinha verde ou madura? Eu, que estava ali tão distraída, tão esquecida de 2018, 19, 20, 21, 22, de 2026. Talvez merecesse aquelas palavras para retomar minha lucidez: a sirene do fascismo ainda soa alto.

MANIFESTO CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DAS ASPAS

[19-08-2021]

Dia desses, deitada em meu sofá quase pago, quis adiantar-me ao capitalismo: quais seriam as futuras mercadorias? Os bens comuns (água, minérios, ar, raios solares etc.) não são novidade pra ninguém. Tampouco a capacidade criativa e o carisma. Muita gente competente – filósofos, psicanalistas, economistas, geógrafas, historiadoras, sociólogas – nos alerta há décadas acerca dos avanços do capitalismo no campo da subjetividade, dos desejos, das emoções. Rolnik e Guattari (2006), por exemplo, investigaram as máquinas semióticas que produzem – em série – modos de amar, de trepar, de sofrer, de regozijar, de falar.

Vasculhei, em pensamentos, todo tipo de coisa ou sentimento possível de ser mercantilizado. Quando, enfim, distanciei

minhas preocupações o máximo possível da prestação do sofá, indaguei subitamente: e se privatizassem as aspas? Isso mesmo: essas duas vírgulas suspensas que, como bedéis, denunciam a identidade falsa de uma palavra e, de reboque, a ironia do escritor. E se tivéssemos que pagar caro por elas? Elevadas a artigos de luxo, haveria um saudosismo popular das aspas? E mais: sobreviveriam os escritores moribundos sem as aspas? O que se perderia em seus textos?

Saltei do sofá, liguei o computador e iniciei uma operação pente-fino nos meus arquivos. “Desenvolvimento”, “nação”, “justiça”, “Estado”, “gente”, “humano”, “igualdade”, “dignidade”, “escola”, “direito”, “emprego”, “trabalho”, “saúde”, “moradia”, “público”, “gratuito”, “democracia”, “liberdade”, “oportunidade”, “cidadão”, “cultura”, “qualidade”, “paz”, “segurança”, “diálogo” foram algumas das palavras contabilizadas.

Foi então que notei a dependência que desenvolvi, sobretudo depois de colunista do Multiplicadores de Visat, das aspas. Sempre em dupla, ou melhor, em quarteto, as

virgulinhas suspensas fariam-me uma falta insuportável. Suspeito que sua privatização levasse a cabo a minha escrita. Como eu falaria de Brasil?

Me ajudem?! Como falar de “desenvolvimento” neste país, sem as companheiras aspas, quando o retrocesso é a marca fundante? E de “trabalho”, diante da precarização avassaladora que o torna vetor de adoecimento? E de “humano”, quando a parte negra, pobre e favelada da população é exterminada como coisa? Posso falar, sem as aspas, em “democracia” quando vejo professores ameaçados por uma legião de patrulhadores ideológicos fascistas? E de “oportunidade” frente ao analfabetismo, esse bicho de [mais] de quatrocentos anos, e ao desemprego que bate recordes? Desaparecerá dos meus textos, escritos em meio a um governo neoliberal, a palavra “público”? As aspas levarão consigo a palavra “paz”?

Retornei ao sofá resignada: definitivamente, sem as aspas, o Brasil estaria interdito nos meus textos, ao menos este Brasil desigual e perverso. Por isso, deixo aqui um

clamor: escritores e escritoras de todo o Brasil, na demora de um país decente, uni-vos contra a privatização das aspas.

A PRIMEIRA FRASE

[12-06-2025]

Diz Gabriel García Márquez que a primeira frase de um romance determina todo o resto. Na metidez de me afirmar escritora, busquei exaustivamente “A” primeira frase para começar esta crônica. Uma frase que remetesse o leitor ao cotidiano escolar de estudantes da Educação de Jovens e Adultos – a EJA. Que este mesmo leitor, ao ler a frase primeira, se imaginasse na roda da aula inaugural noturna e escutasse os depoimentos de “trabalhadores que estudam”, como a elas(es) me refiro desde que li “Passageiros da Noite” de Miguel Arroyo.

Supus que uma boa estratégia seria evocar as respostas às perguntas iniciais da roda: *Por que pararam de estudar? Por que retornaram?* Não quis, porém, ser apelativa nem retratar os sujeitos desta crônica na forma

plana (aprendi com a Luana Borges que bons personagens são esféricos, complexos).

Os olhares profundos, a desconfiança, a timidez, o riso contido, as unhas de gel pintadas, as frases na parede, as fotos nas telas dos celulares – eu deveria começar com os corpos, a paisagem! No exercício de ambientação, temi ser repetitiva ao descrever aquela típica escola pública brasileira: infraestrutura precária, poucos recursos para merenda, abundância de terceirizados que, naquele dia, se negaram a trabalhar por atraso no pagamento. Incrédula, quase abri mão da imaculada primeira frase.

E se eu começasse com a lição de português esquecida no quadro branco: “*palavras com J de origem africana: jiló, jiboia, jongo*”? Julguei fugir do assunto. Voltei às minhas anotações: contam com o apoio da família? O que esperam do futuro? Pronto, estava decidido: começaria pelos sonhos. Os sonhos de ser biomédica, farmacêutica, design gráfico. O sonho de ser a primeira da família em ingressar no ensino superior. O

sonho de ser o exemplo que puxaria os demais da família e da comunidade.

A primeira frase deveria cravar os pés dos leitores nos territórios que constituem meus estudantes e desafiam a instituição escola, afogada em métricas e dados abstratos. A primeira frase se assemelharia à cortina do teatro: *com vocês, corpos de trabalhadores e trabalhadoras, negros, pluri geracionais, com distintas trajetórias de exclusão social e escolar, sonhadores, adoecidos, desejantes!* Muito longa para uma primeira frase...

Foi então que decidi realizar um concurso entre algumas frases, aleatórias, que ouvi durante a aula:

“Pra qualquer serviço hoje em dia tem que ter estudo”;

“Você pensa que vai aprender mais ao passar mais tempo na escola integral, o que acontece é que você fica exausto.”;

“Meus pais só querem que eu faça alguma coisa da vida, e pare de tomar tanto remédio”;

“Eu adoro estudar com pessoas mais experientes”;

“Aquela professora da manhã destrói a auto estima de qualquer pessoa”;

*“Sou PCD, tinha vergonha de que rissem das
minhas pernas, por isso parei de estudar”;
“Na EJA, sinto que o conteúdo é muito
simplificado, por isso complemento por fora”;
“Voltei a estudar para ensinar a tarefa do meu filho”;
“A EJA foi a melhor experiência
escolar que tive na vida”;
“Parei para cuidar do meu filho autista”;
“Tenho vergonha, não quero falar”.*

Este compilado de candidatas a primeira frase desnuda a complexidade da escola, da EJA, e a multiplicidade de forças que a atravessam. Gostei desta última frase, acho que estou chegando perto. Vou parar por aqui e retorno assim que encontrar aquela traquina.

“DI MENOR”, DIREITOS HUMANOS E A FÁBRICA DE ROBÔS

[30/10/2019]

Escrevo para dilatar minha experiência e compartilhar a carga dos acontecimentos que me atravessam. Este texto nasceu da avalanche de emoções que me inundou na reunião do Comitê Goiano de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino. Primeiro ponto de pauta: relato de casos de violação dos direitos humanos no Estado de Goiás.

O advogado popular atualizou os presentes sobre o andamento da ação judicial que trata da chacina Solar Bougainville, na periferia de Goiânia, que resultou na morte e desaparecimento de quatro jovens negros, em abril de 2018. Contam as famílias que os amigos estavam reunidos em casa, jogando videogame, quando outro rapaz guardou um carro por algumas horas na garagem da residência. Os jovens, desinformados da suspeita

de roubo do carro, foram surpreendidos por policiais que invadiram a casa sem autorização judicial, tirando-lhes a vida.

Poucos detalhes do trágico episódio foram suficientes para que minha concentração descolasse dos assuntos seguintes da pauta. Durante a reunião, eu folheara o livro que trazia na capa os rostos dos meninos, escrito por Maria Ramos, avó de uma das vítimas.

Maria custeou a impressão com recursos próprios, quão insuportável era aguardar o prazo da editora parceira do Comitê. Abri o livro, ainda perplexa, numa página qualquer. Deparei-me com o trecho em que a escritora descreve “Di Menor”, o garoto de 14 anos que segue desaparecido. Aspirante a cientista, Di Menor se diferenciava pela vaidade e astúcia: tinha o sonho de, um dia, fabricar robôs.

Semanas após a reunião do Comitê, convidei Maria Ramos para lançar seu livro na Universidade Estadual de Goiás. Ela chegou acompanhada de Kelma, mulher negra com um olhar semelhante àquele retratado na gravura de Albrecht Dürer:

Melancolia I3, de 1514. Fomos apresentadas: “Carol, esta é Kelma, mãe do João Vitor, o Di Menor”.

Fui novamente tomada por uma avalanche de emoções. As palavras se esvaíram. Kelma é mulher de uma pauta só: seu filho de 14 anos há um ano e seis meses desaparecido. Dissera-me que desde o desaparecimento de João Vitor dorme em média duas horas por noite. Passa as madrugadas imaginando onde e como estaria seu filho, vivo ou morto. Todos os assuntos vertem-se para o Di Menor: o que ele mais gostava de comer, os apelidos que ele inventava, suas manias e “má criações”. Na minha imaginação, Di Menor se afastava de uma estatística impessoal e ganhava contornos que o faziam semelhante ao meu irmão, sobrinhos, primos, alunos. A narrativa sensível de Kelma emocionava não só a mim, mas a todos os que nos escutavam no pátio da universidade. Di Menor expandia-se para além do indivíduo, tornava-se o rosto aflito da juventude brasileira. Afinal, da insônia de Kelma padecem centenas de mães

em Goiás, estado que duplicou o número de homicídios de jovens entre 15 e 29 anos na última década.

O aumento expressivo dos homicídios de jovens em Goiás ocorreu não só na região metropolitana, também no interior. Nos discursos dos agentes públicos (gestores, delegados, juízes, jornalistas), o problema das drogas soa como principal fator da violência e da criminalidade entre os jovens, quando sabemos se tratar de um problema estrutural, da ausência perversa do Estado na garantia de serviços sociais básicos: educação, lazer, mobilidade urbana, saúde, emprego, segurança.

No assunto violência policial, Goiás tem se despontado nacionalmente, a exemplo do caso que circulou esta semana na imprensa: dez policiais goianos condenados por tortura (choques e afogamentos) ao pedreiro Michel, falso suspeito de estupro. Apesar dessa importante decisão judicial, a impunidade é constante na história de Goiás e do Brasil. Milícias, grupos de extermínio, massacres, chacinas e retaliações policiais

têm provocado, e não é de hoje, uma forte desconfiança social perante a corporação.

As horas junto à mãe e avó dos garotos do Solar Bougainville deram-me uma noção – ainda muito tímida – dos limites impostos à reprodução social das famílias vítimas dos massacres. Suponho que os mandantes e executores desses atos também são incapazes de imaginar que, por trás daqueles corpos juvenis, há mães e avós que nunca mais dormirão. Crianças que crescerão em lares habitados pela depressão. Casas abandonadas porque decoradas de violência. Pratos nunca mais preparados porque, antes, especiais. Roupas doadas. Apelidos nunca mais pronunciados porque cortantes.

Não, eles não imaginam... Agem como robôs. Certamente, não eram esses os robôs que Di Menor sonhava, um dia, fabricar.



REFERÊNCIAS

RAMOS, Maria. Por que não me sinto segura dentro da minha própria casa? Chacina Solar Bougainville. Grupo Mães pela Paz. Goiânia(GO): Kelps, 2019.

Nota da Secretaria de Comunicação da Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <https://secom.ufg.br/n/49759-homicidios-em-goias-duplicam-na-ultima-decada>

OLHA BRASÍLIA, ESTÁ FLORIDA!
É O QUERER, É O QUERER
DAS MARGARIDAS

[28/08/2019]

*Não faz muito tempo, seu moço/ Nas terras da Paraíba
Viveu uma mulher de fibra/ Margarida se chamou
E um patrão com uma bala/ Tentou calar sua fala
E o sonho dela se espalhou
Já faz muito tempo, seu moço/ Que enriba deste chão
E em toda nossa Nação/ O pobre é pra lá
e pra cá/ Lavrador faz mas não come
E a miséria é sobrenome/ Do povo deste lugar [...]*

(Canção para Margarida, Zé Vicente)

Agosto, mês das vacas magras no Cerrado. Por aqui, não se corta o cabelo, nem se pronuncia certas palavras: já não basta a maldição da seca, agosto é um mês em que a morte e a loucura ficam na “espreita”. O calor, a baixa umidade do ar, a nudez das árvores, a poeira fazem do Cerrado um ambiente hostil nesse mês entregue, pelos sertanejos, aos imperativos divinos: a gosto de

Deus. Mas, por desobediência das deusas, piedade ou subversão da natureza, habitam agosto o poente e as flores mais reluzentes que já vi. Os ipês – rosa, amarelo e branco – se levantam nas paisagens como quem diz: “não me curvo a essa vida cinzenta!”. Contra um Cerrado hostil e monocromático, um Cerrado florido.

Também Brasília floresceu nesta quarta-feira (14 de agosto). Ao invés de ipês, margaridas. No centro político da Federação que há muito se mostra hostil aos interesses do povo, mais de 100 mil margaridas – mulheres trabalhadoras que habitam os campos, as águas e as florestas no Brasil – marcharam em defesa de um projeto de nação, de ser humano e de sociabilidade livre de violência (física, sistêmica, simbólica). A 6ª edição da Marcha das Margaridas trouxe como lema: “Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência”. Marcharam em denúncia dos grandes projetos predatórios da sociobiodiversidade brasileira: a mineração, a agricultura capitalista, as

barragens e usinas hidrelétricas, a indústria do turismo, a privatização dos bens comuns.

Em suas narrativas, as margaridas teciam nós entre os grandes projetos econômicos e as relações cotidianas atravessadas pelo racismo, sexismo, classismo e outras divisões sociais para a dominação. “Mulher, água e energia não são mercadoria!”; “Meu corpo, meu território!”; “Margaridas que resistem na lama [vítimas do desastre criminoso da Samarco em Mariana-MG]”; “Não ao desmonte da FUNAI! [mulheres indígenas do Amazonas]”; “Território, Saúde e Respeito!”; “Trabalhadoras agricultoras, professoras, comerciárias, metalúrgicas contra o capital!”. “Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres...”.

A Marcha homenageia Margarida Maria Alves, natural de Alagoa Grande (PB), líder sindical assassinada na presença do marido e de um dos filhos, em 12 de agosto de 1983. Dessa vez, foi “a gosto” dos latifundiários incomodados com a atuação política fervorosa da paraibana. Visitei a casa de Margarida Alves duas semanas antes da

Marcha. Na fachada, a frase: “Melhor morrer na luta do que morrer de fome”.

O processo judicial instaurado no assassinato de Margarida é o maior da história da Paraíba, contendo mais de 9.000 páginas, e os mandantes seguem impunes. O acontecido se repete Brasil a fora. Milhares de margaridas morrem neste país, 5º em feminicídios no mundo. A cada duas horas morre uma mulher no Brasil pelo simples fato de ser mulher, segundo os dados do Monitor da Violência (parceria entre o Núcleo de Estudos da Violência da USP, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Globo G1).

Em 2018, 4.254 mulheres foram assassinadas no Brasil. Isso sem contar os estupros, agressões, assédios de todas as ordens. Se o preço por se mulher já é bastante caro no Brasil, imaginem uma mulher pobre, trabalhadora, mãe, nordestina, sindicalista?

Mas o sonho de Margarida Maria Alves se alastrou. Ela regou com sangue o jardim da esperança de trabalhadoras e trabalhadores. Ainda hoje faz brotar flores em terrenos inférteis como a esplanada dos Ministérios em

Brasília. Finalizo esse breve chamado à luta com mais um trecho da canção de Zé Vicente:

*Daqui a algum tempo, seu moço/
Se a gente não se cuidar
Se o pobre não se ajuntar/ Tubarão engole a alegria
Pois o jeito é treinar o braço/ Para desatar
esse laço/ Que amarra a fulô do dia
E quando na roça da gente brilhar as
espigas/ Vai ter festa e nas cantigas
Margarida vai viver
E quando na praça e na rua florir
Margaridas/ Vai ser bonito de ver
Vai ser bonito de ver*



REFERÊNCIAS

Monitor da Violência – <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/03/08/cai-o-no-de-mulheres-vitimas-de-homicidio-mas-registros-de-feminicidio-crescem-no-brasil.ghtml>.

Canção para Margarida – <https://www.letras.mus.br/ze-vice/988269/> Ver também Boletim Nº 38 do Blog www.multiplicadoresdevisat.com

CADERNINHO VERMELHO

[03-06-2020]

Eleita Presidenta do Brasil, ao passo da erradicação do analfabetismo, implementarei a seguinte política pública: distribuição de caderninhos vermelhos para cada trabalhadora, cada trabalhador. Caderninhos vermelhos serão item de primeira necessidade, comporão a cesta básica e estamparão *outdoors* pelas cidades e campos: “*Cuide de si e do seu caderninho vermelho*”. Proporei um projeto de emenda à Constituição para que seja garantido, a todos os cidadãos, o direito inalienável ao caderninho vermelho. Mas por que?

No estudo da antiguidade greco-romana, um filósofo decifrou um modo de compreender a escrita para além da grafia de signos em um suporte. A escrita para os romanos, revelou Foucault (2004), servia aos “cuidados de si”, à construção de

uma “vida estilística”, à “estetização da existência”.

Ganhei o meu primeiro caderninho vermelho em abril de 2014. Ingressava no doutorado sob a orientação do professor e defensor do direito humano à escrita, Eguimar Chaveiro. Um ritual de boas-vindas aos ingressos na pós graduação. Um convite para zelarmos da memória e da escuta.

Eguimar anda religiosamente acompanhado de seu caderninho vermelho. Nele, realiza múltiplas anotações: trechos de livros, notas de palestras, *insights*, haicais, rabiscos pornográficos, bilhetes, esquemas, mapas conceituais, poemas, palavras desconhecidas, em desuso e também as inventadas. Não raro, na companhia de amigos, extrai do caderninho vermelho alguma crença popular, princípio filosófico ou aforisma psicanalítico, fonte de conselhos para o enfrentamento de situações que vão desde rompimentos matrimoniais a dietas alimentares balanceadas em ferro.

Apesar dos conselhos, não se enganem: o caderninho vermelho não é um livro de

receitas. Como os romanos, Eguimar entende a escrita como modo de subjetivação: prática pela qual o sujeito que escreve se compõe, reúne fragmentos de vida e constrói, de forma única, autoral, uma trama narrativa sobre o mundo e sobre si.

Os trabalhadores de meu país, habituados à leitura e à escrita, levarão consigo o caderninho vermelho para os locais de trabalho, de moradia, de lazer; para o hospital, o banco, a conversa com o patrão e a visita aos museus. Todos os dias farão a releitura de seus escritos, demorando-se em pelo menos um deles com interrogações e associações com as notas passadas. Dali, extrairão princípios de vida: uma vida como experimento ético-político.

Além de levar à falência a indústria da auto ajuda, no meu país os trabalhadores anotarão as promessas de campanha, o preço do pão e do gás, versos de Manoel de Barros. Cada caderninho vermelho simbolizará um “itinerário humano” (Miguel Arroyo).

Os caderninhos vermelhos serão documentos oficiais do modo como “os seres

humanos estão sendo no mundo” (Paulo Freire). Nas escolas, os professores partirão das anotações nos caderninhos vermelhos dos estudantes, e deles para o livro didático. Caderninhos vermelhos inspiração filmes, peças de teatros, coleções de roupas, coreografias, sabores de sorvete, placas de trânsito, programas de governo.



REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Editora Vozes Limitada, 2017.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. O que é um autor, v. 6, p. 129-160, 2004.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. – 64 ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

PAPO-RETO

[24-11-2021]

Cara secundarista,

Inicio esta carta com um pedido de desculpas pela obsolescência linguística a começar pelo título, uma gíria há muito em desuso pelas juventudes. Com licença para cafonices de alguém que paga o preço da ausência nas *resenhas* da faculdade, desejo estabelecer contigo um diálogo franco acerca do novo Ensino Médio. Sei de suas dificuldades em conciliar os estudos e o trabalho, o seu sono acumulado, os percalços da sua sexualidade, sua angústia em definir caminhos num país cada vez mais deserto de oportunidades. Sei também da sua impaciência com textos longos, áudios acima de 30 segundos e sutiãs apertados. Prometo não me demorar.

Você me disse que estuda numa “escola-piloto” do novo Ensino Médio e que agora cursa o itinerário formativo “Técnico em Administração”. Certamente te assustou o aumento de disciplinas, de 12 para 19 neste primeiro ano, das quais uma parte significativa é “prática” (ou melhor, operacional, já que a prática, na concepção freireana, vive prenha de teoria).

Para as disciplinas novas, imagino que serão contratados novos professores, certo? Ouvi burburinhos que em breve serão lançados editais para contratação de administradores para a sua escola. Não te parece estranho, querida secundarista, administradores no lugar de professores? Por melhores que sejam tais profissionais, não lhes faltam as teorias, práticas e conhecimentos pedagógicos fundamentais à docência? A menos que você não veja diferença entre escola e empresa, ensinar e gerir, aprender e consumir.

Certa vez, por whatsapp, você me disse que o novo Ensino Médio “prepara o jovem para o mercado de trabalho” e que isso é positivo. De fato, a preparação para o trabalho

é um eixo estruturante do processo educativo. Todavia, lhe pergunto: para qual trabalho você será preparada? “Trabalho” é o mesmo que “mercado de trabalho”? Se, no mercado de trabalho, lhe resta um posto precário, deformador, suscetível a toda sorte de assédio, a instituição educacional deve preparar-lhe para tal?

E a Universidade, caminho explicitamente vetado no novo Ensino Médio aos que optam por itinerários técnico – profissionalizantes, não tem relação com o trabalho? Há uma divergência entre Universidade e Trabalho ou uma divergência entre formação para o mercado de trabalho e formação teórico-filosófica? É permitido pensar-problematizar-questionar na educação para o mercado de trabalho? Ou o intuito é (in) justamente formar um trabalhador dócil, flexível, resiliente, passivo?

Tive acesso à matriz curricular do seu curso. Vi que na 3ª série você não terá aulas dos “componentes curriculares” Biologia, Física, Química, Filosofia, Geografia, História, Sociologia. Neste ano, as novas

disciplinas terão primazia, entre elas o “Projeto de Vida”. Vida individual, atomizada. Sabia que a Geografia, neste nível de Ensino, mobiliza conhecimentos importantes para que você, secundarista, compreenda a divisão social e territorial do trabalho que incide diretamente no “mercado” no qual você já está, precariamente inserida?

Sabia que a História te auxilia na compreensão dos movimentos da sociedade ao longo do tempo e as formas de luta pelas quais conquistamos, entre outros, o direito à Educação? Sabia que a Biologia, a Química, a Filosofia, a Sociologia te ajudariam a entender as tramas do corpo, do pensamento, do trabalho e da identidade dos jovens?

Minha cara secundarista, quero neste papo-reto-e-curto, denunciar o desvio do Ensino Médio para uma rota que vai ao encontro do atual cenário distópico do trabalho. Um Ensino Médio não mais PONTE à educação superior, mas MURO que impede a classe trabalhadora de lutar contra um “viver provisório” (Miguel Arroyo). Se liga, secundarista! O fantasma de uma educação

dual, desigual, elitista – sempre presente na história da sociedade brasileira – tira agora a carapuça, sem nenhum pudor.



REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Editora Vozes Limitada, 2017.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Editora Paz e Terra, 2014.

AULA DE GEOGRAFIA NA COMUNIDADE DO JACAREZINHO

[23-06-2021]

PROFESSORA SÔNIA – Bom dia a todos e a todas! Meu nome é Sônia, sou a nova professora de Geografia de vocês. Sou de Minas Gerais, mas adoro o Rio de Janeiro! Será um prazer substituir a professora Catarina, de licença para interesses particulares (vocês ouviram falar do “probleminha” que ocorreu com o irmão dela, o Wagner, né?). Mas deixemos de fofoca e vamos ao que interessa: a nossa aula de Geografia! Tenho certeza que, ao final do 9º ano, vocês sairão mais “criativos, analítico – críticos, participativos, abertos ao novo, colaborativos, resilientes, produtivos e responsáveis”, como rege a nossa Base Nacional Comum Curricular!

Começaremos com o conceito de identidade, que tem relação direta com a “compreensão perceptiva da paisagem”. Percurso

em que exploraremos as experiências de vocês nos “lugares vividos”, faremos associações em diferentes escalas e comparações com outras partes do planeta. Vamos lá?! Quem pode compartilhar com a turma a sua rotina, seus deslocamentos diários, alguns de seus lugares vividos?

LUIZA – Eu, professora! Aqui no fundo. Meu nome é Luiza.

PROFESSORA SÔNIA – Obrigada pela disposição, Luiza. Aliás, que nome lindo! Seus pais se inspiraram na cantora carioca, Luiza Possi?

LUIZA: Não, não. Meus pais nunca me explicaram. Na verdade, eu não gosto muito. Prefiro nomes compostos tipo “Maria Eduarda”, “Ana Carolina”. Não entendo o que deu na cabeça dos meus pais que, além de mim, deram ao meu irmão o nome de Luiz! Cafona essas combinações, não?

PROFESSORA SÔNIA – hehehe... E o Luiz, gosta do nome?

LUIZA – Nunca perguntei, professora. E agora é tarde...

PROFESSORA SÔNIA – Tarde?

LUIZA – Mataram ele. É sobre isso que eu quero falar. Desde o dia 06 de maio, estou proibida de sair de casa a não ser para a escola, sempre acompanhada do meu pai. Passo as tardes cuidando da minha mãe, ela não quer mais levantar da cama. Finais de tarde costumava ajudar o pessoal do restaurante comunitário com a montagem das refeições a serem doadas. Nem isso posso fazer mais... As únicas paisagens que vejo são a da escola e da minha casa. Na parede do meu quarto, tem cinco marcas de tiro. Nos meus pesadelos, vejo sangue saindo dessas marcas. Sangue do meu irmão! As vezes acordo chorando. Toco o meu rosto para ter certeza de que não é meu sangue. Depois que ouvimos no jornal que “bandido bom é bandido morto”, na minha casa está proibido ligar a TV. Nem as paisagens da televisão posso ver... Professora, acho que fugi do assunto, né?

Me desculpe. Era sobre a identidade que a senhora falava...

PROFESSORA SÔNIA – Sem problemas, Luiza. É normal, a gente se empolga quando começa a falar e perde o fio do raciocínio. Falando em raciocínio, vocês sabiam que a Geografia ajuda no desenvolvimento do raciocínio geográfico? Com ele, o raciocínio geográfico, vocês poderão resolver “problemas que envolvem mudanças de escala, orientação e direção de objetos localizados na superfície terrestre, efeitos de distância, relações hierárquicas, tendências à centralização e à dispersão, efeitos da proximidade e vizinhança, etc.”, como diz a BNCC. Vamos treinar alguns princípios do raciocínio geográfico? Começando pela diferenciação e comparação? Alguém pode citar algumas diferenças entre lugares?

CARLOS – Posso tentar, professora. Sou o Carlos, estou aqui atrás da Luiza. Meu pai é motorista de Uber. Ele passa dia e noite rodando na zona sul, transportando turistas. De

repente a senhora já até andou com ele! Lá é bem diferente daqui da comunidade. As casas, as lojas, as praças, as luzes, os cheiros, os sons, a língua que se fala. Parecem dois mundos dentro de uma só cidade. Assim como o meu pai, muita gente daqui vai trabalhar lá. Minha mãe, antes de ter câncer, trabalhava como diarista em três apartamentos no Leblon. Meu tio, vendia água de coco no Aterro. Acredita que o carrinho que ele usa foi a única herança que meu avô nos deixou? Meu avô veio do Ceará, trabalhou a vida inteira no Rio e só conseguiu comprar um carrinho de água de coco. Só de ouvir a história de vida dele eu já me canso! Morreu de tanto trabalhar. As vezes penso que trabalhar e estudar não dá futuro. Ao invés disso, eu poderia...

PROFESSORA SÔNIA – Carlos, por favor, não temos tempo para fugir mais uma vez do assunto. Temos um extenso conteúdo para dar conta. Caso contrário, vocês sairão mal nos testes e a escola e eu seremos penalizadas. Preciso da cooperação de vocês, não

misturem as coisas. Voltemos aos princípios da diferenciação e comparação. Vamos buscar alguma comunidade no mundo que tem semelhanças conosco? Quem se habilita?

RÚBIA – Eu gostaria! Sou a Rúbia. Acho que meu exemplo não é bom, professora, mas vou falar... A professora Catarina ensinou pra gente os países que fazem parte do Oriente Médio. Eu achei super interessante. Pedi a meu primo que estuda História na UERJ que me mostrasse alguns vídeos no youtube sobre a vida dos palestinos. Quanta tristeza! Tantas crianças, idosos inocentes sendo humilhados e mortos sem motivo algum... Como aqui, lá eles têm muito medo da polícia. É um verdadeiro cenário de guerra. Eu sei o que é crescer com medo. Eu sinto o que eles sentem. A violência e o medo moram lá e cá. Esse tipo de semelhança serve, professora? Quer que eu fale outras?

PROFESSORA SÔNIA – Não Rubia, é o bastante. Não eram dessas semelhanças que eu me referia. Mais uma vez nos desviamos do essencial:

o conteúdo da Base Nacional Comum Curricular! Aliás, preciso sair um minutinho e conversar com a diretora sobre o trabalho que a professora Catarina desempenha. É inaceitável! Certamente essa professora não cumpria o conteúdo e ainda permitia que o drama de vocês atropelassem toda a aula! Como vou desenvolver meus conceitos dessa forma? Como ficarão nos testes? Sinceramente, vocês não têm a mínima ideia do que é Geografia. Assim não dá!!



REFERÊNCIA

Orientação Curricular do Estado do Rio de Janeiro (Educação Infantil e Ensino Fundamental). Base Nacional Comum Curricular.

AULA DE GEOGRAFIA NA VILA CRUZEIRO (RJ)

[21-06-2022]

PROFESSORA SÔNIA – Boa noite, turma! Na paz do senhor? Meu nome é Sônia. Sou cadastrada no Prof-e, professora uber. Por uns dias, substituirei a Laís Rufino, ela está meio abalada com os últimos acontecimentos. A aula será de Geografia. Olha, não tenho muita experiência na favela. Há um ano, substituí a professora Catarina, lá no Jacarezinho. Foi um horror! Os alunos, indisciplinados, falavam de coisas que não estavam na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Aqui eu tenho certeza que será diferente! Vocês são alunos da Educação de Jovens e Adultos, têm objetivos claros, sabem como se portar na escola. De toda forma, já vou logo estabelecendo um contrato com vocês: evitemos falar de política, de crime e de polícia, tá ok? Pois

bem, nossa aula de hoje é sobre recursos hídricos. Iremos relembrar conceitos como o de bacia hidrográfica, afluentes e efluentes, fontes e ciclos da água, interflúvio, lençol freático entre outros. O que vocês sabem sobre esse assunto?

ZURI – Boa noite, professora Sônia. Seja bem vinda à nossa escola! Me chamo Zuri, nome dado pela minha bisavó, já falecida. Ela foi uma das primeiras moradoras da comunidade. Veio pra cá na época do quilombo. A senhora sabia que o Complexo da Penha surgiu como quilombo, né? Aliás, basta a senhora olhar pra essa turma e verá como a maioria é negra.

PROFESSORA SÔNIA – Obrigada pelas boas vindas, Zuri. E parabéns pelo nome, exótico. Me diz: o que você compreende por recursos hídricos?

ZURI – Olha professora, eu sei que tem a ver com os rios. Aliás, minha mãe conta que quando era pequena nadava nas piscinas

naturais que tinham aqui na favela. Conta também que meu avô pescava cada peixeão, acredita? Só que aí, depois que a mineradora veio pra cá, as coisas mudaram... As nascentes e piscinas foram sumindo embaixo dos aterros. Isso não está em confronto com a legislação, professora? Só sei que o dono da empresa é poderoso, bem relacionado com os políticos. Pena que as gerações seguintes não poderão desfrutar dessas riquezas da comunidade. Como eu queria...

PROFESSORA SÔNIA – Zuri, desculpa interrompê-la, mas essa não é uma aula de história ou sociologia, é GE-O-GRA-FIA. E nossa aula é especificamente sobre recursos hídricos, ou seja, as fontes e dinâmicas das águas superficiais, subterrâneas e atmosféricas. Sabiam que o Brasil detém 12% das águas potáveis do Planeta?

SIMIÃO – E o que adianta, professora, se o governo não preserva a qualidade e acesso dos pobres a essa água? Ops, desculpe, nem me apresentei. Sou o Simião, primo da Zuri,

moro na segunda rua abaixo do Campo da ordem, onde o Imperador Adriano treinava. Aliás, a senhora sabe que nesta comunidade se formaram muitos artistas, ativistas, jogadores, capoeiristas? Mestre Touro, Mestre Dentinho, Marcelo Dias, Dj Renan da Penha e muitos outros.

PROFESSORA SÔNIA – Simião, acho que você também não entendeu o propósito desta aula. o que tem a ver recursos hídricos com o mestre Boi, Touro sei lá...?

SIMIÃO – Olha professora, desculpa, mas quem não entendeu foi a senhora. A professora Laís Rufino nos ensinou a história de resistência dessa comunidade, e é a partir dela que abordamos os demais conteúdos. Nossos antepassados se libertaram da escravidão, mas não receberam nenhuma ajuda para reconstruírem suas vidas. Muitos se perderam na marginalidade, outros se organizaram e conseguiram, com muita dificuldade, sobreviver. Somos uma das maiores comunidades negras do Rio. Sobre

os recursos hídricos, sabemos perfeitamente a importância de políticas públicas que garantissem que nossas águas não fossem contaminadas e aterradas. Tal do racismo ambiental, né... Somos cientes do abandono do Estado. E lutamos por melhorias para a nossa comunidade.

PROFESSORA SÔNIA – Simião...

SIMIÃO – Já estou finalizando, professora. Só quero dizer que a Geografia, na minha opinião, é fundamental para entendermos o porquê de nós, da Zona Norte, sofrermos tanto com esse abandono do Estado, o porquê de sermos brutalmente violentados pelas forças policiais e milicianas, o porquê do tráfico ditar as regras neste lugar, o porquê de nossas crianças não poderem mais desfrutar das piscinas naturais, o porquê de nossas escolas fechadas. Por que, por que, por que?... Professora, logo que eu entrei para o Movimento Negro Unificado, houve um curso de formação na Universidade Federal Fluminense. Lembro de um professor, um

geógrafo sisudo, não sei o que “Moreira”, dizer: A Geografia nos ajuda a compreender o que significa estar onde estamos. Então, fico pensando: o que significa morar na Vila Cruzeiro? Não é essa a pergunta que a Geografia deveria nos ajudar a responder?

PROFESSORA SÔNIA – Olha, já vi que a aula saiu do trilho de vez. Pra piorar, só me falta alguém esbravejar sobre a operação policial do dia 23 de maio.

SIMIÃO: A chacina?! Fique tranquila, professora. Já entendemos que a sua Geografia não cabe na quebrada.



NOTA

* Crônica inspirada em: *Vila Cruzeiro: um legado da cultura negra no Rio*. Por William Reis (coordenador-executivo do AfroReggae). VejaRio, 09/07/2020.

AULA DE BRIGADEIRO E A PREPARAÇÃO PARA UMA VIDA AMARGA

[31-03-2023]

PROFESSORA SÔNIA – Bom dia, turma! Olha eu de volta, depois de um longo período de tratamento de uma tendinite adquirida no doutorado. Enfim de volta à docência, agora como professora voluntária desta escola. Estava bastante ansiosa para vivenciar o novo ensino médio. É impressionante como o novo ensino médio se modernizou, concordam? Os jovens agora aprendem novos conteúdos e podem de fato escolher os “itinerários formativos” conforme a afinidade que cada um possui com as áreas do conhecimento. “Protagonismo juvenil”, não é do que estamos falando?! Agora pensem pelo lado dos professores: podemos propor “trilhas de aprofundamento”, orientá-los sobre “projetos de vida” e outras novidades que, confesso, muitas delas ainda não entendo

muito bem, mas o importante é que tem coisa nova! Pois bem, hoje iniciamos o nosso curso de “Produção de brigadeiro caseiro”.

CRISÁLIA – Profes...sora, desculpe interrompê-la, acho que fui sua aluna na Escola do Jacarezinho, há uns dois anos. A senhora não dava aula de Geografia?

PROFESSORA SÔNIA – Oi Cris, infelizmente não me lembro de você. Você tem razão, sou professora de Geografia e fui substituta naquela escola. Acontece, Cris, que o NEM (Novo Ensino Médio) permite essa “flexibilidade”. Agora, os professores não ficam restritos às suas áreas de formação, até porque a carga horária de seus “componentes” foram reduzidas progressivamente ao longo dos anos do ensino médio. Isso obriga professores e professoras a saírem de sua zona de conforto, entende? Eu estou adorando esse desafio! Afinal, sempre fui uma pessoa resiliente.

CRISÁLIA – Mas professora, a senhora não estudou pra dar aula de Geografia? Quero

dizer... a senhora não passou 4 anos na Universidade aprendendo a ser professora de Geografia? E agora não é ruim, não praticar o que a senhora aprendeu? Geografia é tão difícil, a senhora não vai desaprender?

PROFESSORA SÔNIA – Então Cris, eu não me afastei da Geografia, ela apenas está pulverizada na matriz curricular, entende? Assim como a história, a sociologia, a filosofia. Na verdade, onde olharmos veremos a geografia.

CRISÁLIA – Professora, desculpe a insistência, prometo que é a última pergunta. É que o antigo professor, que se aposentou, insistia que a Geografia era fundamental pra entender a sociedade, especialmente as desigualdades sociais nos territórios. Ele gostava de falar de território. Tudo era território. Território pra cá, território pra lá... Dizia que em tudo havia relações de poder, disputas, conflitos, resistências. Daí eu te pergunto, essa Geografia “pulverizada” – gostei dessa palavra, professora – não dificulta o entendimento da sociedade, do território, das relações de poder e tudo mais?

PROFESSORA SÔNIA – Não não, Cris. Como eu te disse, a Geografia continua aí. Claro que não é essa Geografia ideológica do seu antigo professor. São conhecimentos científicos da Geografia. Mas... Crisália, vamos começar o nosso curso de produção de brigadeiro caseiro? Começaremos pelos ingredientes: leite, açúcar, manteiga e cacau.

GENILDO – Professora, já temos um problema: o preço do leite. Viu o quanto está caro? Lá em casa passamos a beber composto lácteo. Dizem que não é recomendado para crianças, mas o Vanildo, meu irmão de 2 anos, toma todos os dias. Dá pra fazer brigadeiro com ele?

PROFESSORA SÔNIA – Genildo, de fato não é recomendável, o composto lácteo tem substâncias que contribuem para a obesidade infantil e também para diabetes. Mas oh, basta ficar atento às promoções dos grandes supermercados. É só uma questão de pesquisa de preço.

LUDMILA – Professora, eu tenho uma curiosidade sobre o cacau. Meus pais são baianos, vieram pra cá antes de eu nascer. Eles me contaram que meu avô, pai do meu pai, trabalhava numa lavoura de cacau e que apareceu uma praga e arrasou boa parte da produção. Eu lembro do ano, 1995, quando meus pais se casaram. Meu avô teve que vender o sítio e mudou para Ilhéus. Até hoje eu sei que têm muitos conflitos que envolvem a cadeia produtiva do cacau. A gente vai aprender sobre eles?

PROFESSORA SÔNIA – Não, Ludmila. Não teremos uma aula de história ou dessa geografia ideológica que vocês se recordam. Lembre do título do nosso curso: “Produção de brigadeiro caseiro”. Se adentrarmos à história e aos pormenores de cada ingrediente, teríamos que voltar ao Brasil Colônia e às plantations de cana-de-açúcar! Aqui, não vamos ficar de blá-blá-blá, me interessa capacitá-los para o mercado de trabalho. Meu objetivo é que vocês se tornem empreendedores de sucesso!

CÍCERO – Professora, só mais uma pergunta. Acho legal esse negócio de empreendedorismo, mas eu queria mesmo era fazer uma faculdade de Engenharia Mecatrônica. É o sonho do meu pai. Ele trabalha no setor de reparos da Ford há mais de 20 anos e sempre fala: “um dia eu quero ver um dos meus entrando pela porta da frente”. Então professora, isso aí que a senhora vai nos ensinar é matéria de vestibular?

JOANA – Boa pergunta, Cícero. Eu também quero ir para a Universidade, cursar Engenharia Florestal!

CRISTINA – Eu, Veterinária!

MARGARIDA – Odontologia!

FREDERICO – Enfermagem!

SILVIO – Artes Visuais!

PROFESSORA SÔNIA – Vejam só, Cícero e demais, apesar de não cair no vestibular, esse

conhecimento pode ser muitíssimo útil à vida de vocês, sabiam? Inclusive, a fabricação de brigadeiro caseiro pode ser a principal fonte de renda num cenário em que não consigam acessar a universidade, já que a maioria optou por cursos muuuuuuito difíceis. Como eu disse, podem se transformar em empreendedores de sucesso e serem seus próprios patrões, não seria maravilhoso?! Sabiam que as micro/pequenas empresas representam 99% das empresas brasileiras? Pensaram sobre isso?

INSPETOR – Atenção, turma! Fim da aula de “Produção de Brigadeiro Caseiro”. Reorganizem-se nas carteiras porque em breve daremos início à aula “o que rola por aí”.

BRUXAS DO MUNDO, UNI-VOS!

[19-11-2020]

Iniciamos, no dia 12 de novembro de 2020, o grupo internacional de estudos feministas com o livro *Calibã e a Bruxa: mulheres, Corpo e acumulação primitiva*, de Silvia Federici (2017). Participam feministas de vários lugares do mundo. O projeto idealizado por Ádila Eugênia Brindel, sela a parceria do departamento de “Gênero e Diversidade” da Friedrich Alexander Universität (Alemanha) com a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) da Seção Goiânia e o núcleo de pesquisa “Espaço, Sujeito e Existência” (Dona Alzira – UFG/CNPq). Compartilho, nesta coluna, fragmentos do texto de animação do nosso primeiro encontro, no qual convocamos as reflexões de Federici para pensar acontecimentos recentes no

Brasil, em especial o caso Mariana Ferrer, de grande repercussão na mídia.

Mariana Ferrer: brasileira, trabalhadora, estuprada aos 21 anos em um *beach club* em Florianópolis, região sul do Brasil. O estuprador, empresário, na ocasião acompanhado por ninguém menos que um membro da família Marinho, proprietária da rede Globo. O julgamento virtual, cujas cenas foram divulgadas pelo site “*The Intercept*”, guarda semelhanças com as sessões públicas dos séculos XVI e XVII, no contexto da Caça às Bruxas, do qual nos fala Silvia Federici. Mari Ferrer foi humilhada publicamente com posturas misóginas do advogado de defesa e por um juiz omissos. Aliás, vale lembrar que a fusão das figuras de juiz e acusador, fora um dos traços da Inquisição. Com provas cabais de que era virgem e do abalo emocional que o estupro lhe causou, Mari Ferrer foi acusada – na fogueira virtual – de arquitetar um golpe com fins financeiros. Seu modo de vestir, sua aparência e desenvoltura se transformaram em “provas” do seu “desvio de caráter”.

Ao desferir ofensas contra Mari Ferrer, o advogado traçava os contornos de uma identidade feminina submissa, moral e humanamente inferior, ao mesmo tempo ameaçadora, perigosa, indisciplinada, bestial – à semelhança das bruxas. “Não adianta vir com esse teu choro dissimulado, falso e essa lábia de crocodilo”, disse o advogado Cláudio Gastão da Rosa Filho. A sentença judicial, sem precedentes na legislação brasileira, inaugura o delito do “estupro culposo”: reconhece-se o estupro de vulnerável e absolve-se o estuprador. Uma afronta às leis que amparam os direitos humanos.

Silvia Federici, em seu livro, nos conta como a descriminalização do estupro, na Europa no final do século XV, foi um importante mecanismo de pacificação de revoltas populares, desarticulação da classe trabalhadora e fundação de uma nova ordem patriarcal, misógina, forjando um imaginário social favorável às atrocidades que logo viriam: a caça às bruxas.

Escolhemos o caso Mari Ferrer como chave de entrada neste texto que nos (re)

apresenta um passado presente. Resultado de uma rigorosa revisão bibliográfica e documental, a autora destaca os deslocamentos dos marcos identitários, do valor do trabalho, do lugar social das mulheres, compreendidos por um capitalismo nascente.

Silva remonta às relações comunitárias nas sociedades medievais, de forma não romantizada (é bom destacar isto), reconstruindo em sua narrativa um esqueleto social destruído pelo projeto societário capitalista. Nesse empreendimento, localiza as mulheres camponesas como guardiãs do conhecimento medicinal, âncoras de uma rede de sociabilidade e solidariedade, senhoras de sua reprodução, e de papel reconhecido na economia do campesinato feudal.

Ao enfatizar a divisão sexual do trabalho – acentuada pelo capitalismo – como ferramenta de opressão das mulheres, ocultamento da produção da força de trabalho e fragmentação da classe trabalhadora, Federici defende a legitimidade da categoria “mulher” e a necessidade de transcendermos a dicotomia entre o patriarcado e a classe.

No primeiro capítulo, intitulado “O mundo precisa de uma sacudida”, a autora desmascara as estratégias de desmonte das relações comunitárias e do uso comunal da terra no mundo feudal. Contextualiza a migração campo – cidade, a interferência da Igreja e a ebulição dos movimentos sociais no século XIII, com destaque aos movimentos milenaristas e hereges.

Duramente perseguidos, os hereges são apontados por Silvia Federici como a semente que faria germinar, nos séculos seguintes, a figura da bruxa. A grande fome de 1315, a Peste Negra e a crise do trabalho que debilitou a disciplina social na Europa no século XIV, implicaram uma mudança drástica no controle da reprodução, tomada como questão de Estado. A legalização do estupro e a institucionalização da prostituição foram algumas das ações para enfraquecer as práticas sexuais apregoadas pelas hereges e retirar das mulheres o controle sobre a reprodução.

Põe-se em marcha a contrarrevolução. Em síntese, três fenômenos basilares da

investigação de Silvia, mencionados no primeiro capítulo, não podemos perder de vista durante toda a leitura do livro. São eles: 1. A divisão sexual do trabalho; 2. A construção de uma nova ordem patriarcal; 3. A mecanização do corpo proletário.

Nos próximos encontros, adentraremos os séculos de horror e violência nos quais a mulher, enquanto símbolo de resistência, autonomia e comunhão, foi duramente atacada. Convidamos, bruxas e bruxos deste blog, a se juntarem a nós na discussão deste livro que inaugurou uma história contada sob a perspectiva daquelas que jamais acreditaram no “progresso” do capitalismo rumo à emancipação social.



REFERÊNCIA

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução do Coletivo Syco-rax. São Paulo: Elefante, 2017.

DESPEJO NOSSO DE CADA DIA, NOS DAI HOJE

[27-02-2020]

*Fui o angu pesado e constante do
escravo na exaustão do eito.
Sou a broa grosseira e modesta do pequeno sitiante.
Sou a farinha econômica do proletário.
Sou a polenta do imigrante e a miga dos que
começam a vida em terra estranha. Alimento
de porcos e do triste mu de carga.
O que me planta não levanta comércio,
nem vantagem dinheiro.
Sou apenas a fartura generosa e
despreocupada dos paióis.
Sou o cocho abastecido donde ruma o gado.
Sou o canto festivo dos galos na
glória do dia que amanhece.
Sou o cacarejo alegre das poedeiras
à volta dos seus ninhos.
Sou a pobreza vegetal agradecida a Vós, Senhor,
que me fizestes necessário e humilde.
Sou o milho.*

(Oração do milho, Cora Coralina, 1987)

No canto superior direito da página: um selo em comemoração aos 130 anos de nascimento de Cora Coralina, poeta “vila-boense”, gentílico dos nascidos na antiga Vila Boa – hoje cidade de Goiás. No canto oposto: o emblema da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP/GO). O documento a que me refiro é o ofício que convida autoridades do poder público goiano para uma “reunião de deliberações” em cumprimento ao mandado de reintegração de posse da Fazenda Monjolo, no município de Turvelândia.

Na Fazenda Monjolo vivem hoje mais de 130 famílias assentadas há 23 anos. Produzem alimentos que abastecem feiras e mercados de Turvelândia e Maurilândia, município limítrofe. São inúmeras as controvérsias do caso. Não há explicações plausíveis das razões que impedem/impediram o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária de efetuar a compra da propriedade, mesmo com o dinheiro em conta.

Enquanto isso, em Aparecida de Goiânia, outra ordem de despejo repleta de

controvérsias. As vítimas são 300 famílias que em junho de 2018 ocuparam um terreno próximo à Serra das Areias. Apesar de se instalarem em área particular, o processo da ocupação Alto da Boa Vista caiu nas mãos de uma juíza da Vara da Fazenda Pública Municipal de Aparecida de Goiânia. Esta alega ser uma questão de ordenamento urbano, por isso de interesse público. No mandado de reintegração por ela expedido, dispõe que é dever do proprietário alocar as famílias. Recentemente, suspendeu o mandado até que sejam decididos os “ginásios” que as receberão, contrariando algumas das diretrizes preconizadas no artigo 20 da Resolução nº 10/2018 do Conselho Nacional de Direitos Humanos:

III – O reassentamento deverá ser garantido em local que assegure que não haja impacto negativo nas ligações sociais e econômicas das pessoas afetadas e seu acesso a outros direitos humanos;

VIII – Nos casos excepcionais, em que o deslocamento decorrer de motivos comprovados de risco grave e imediato à saúde e

segurança dos ocupantes [...] deve-se garantir o abrigo imediato, temporário, em condições dignas, até que se ofereça solução garantidora de direitos humanos em caráter definitivo, com as características indicadas no inciso anterior.

Os informes dos dois despejos abriram a primeira reunião do Comitê Goiano de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino de 2020. Ano passado, escrevi uma crônica narrando o meu horror com a chacina Solar Bougainville, primeiro caso ao qual tive contato enquanto membro do comitê, e que, diga-se de passagem, segue sem desfecho.

Não perdi a capacidade de me horro- rizar com as gravíssimas violações dos direitos humanos no Estado de Goiás. Rurais ou urbanos, os conflitos se acirram junto à violência legitimada por um governo que adota o mote “Em Goiás, ou o bandido muda de profissão, ou muda de Estado”, estampado em *outdoors* e transportes públicos. Mas o horror não pode nos afastar da compreensão verdadeira dos fatos. Por trás das duas ordens de despejo há interesses econômicos

com evidentes traços ideológicos a serem desnudados. Há um Goiás e um Brasil que se revelam. E para entendê-los, o conhecimento geográfico é fundamental.

O município de Turvelândia está localizado no Sudoeste Goiano, “filé mignon” do agronegócio no estado. A expulsão das famílias, únicas produtoras de alimentos na região, justifica-se numa lógica de produção capitalista do espaço (cana de açúcar para a indústria de álcool, neste caso) que preconiza as *commodities* em detrimento à produção de alimentos. Já a ocupação Alto da Boa Vista ocupa, como disse antes, um terreno próximo ao Parque Serra das Areias. As belas paisagens despertam a cobiça do capital imobiliário: como pode o pobre ocupar um “lugar ao sol”? Tão absurdo quanto empregadas domésticas viajarem para a Disneylândia, diria o Ministro da Economia, Paulo Guedes.

Crianças, idosos, adultos, animais, lavouras, casas – algumas de alvenaria – cederão lugar à cana e aos condomínios de luxo. Tudo isto com a participação ativa e decisória

dos poderes executivo, legislativo e judiciário do Estado de Goiás, dos municípios correspondentes e da União. Um Estado que perversamente une poesia e violência numa homenagem à escritora que cultivava a vida em versos (na Oração do milho) no mesmo documento que ordena a expulsão de famílias camponesas. O ofício, além da apropriação cínica e irresponsável da arte, termina assim: “Destacamos que a justiça social é dever de todos que promovem serviço à população”. Como ousam falar de justiça social coadunados com a concentração de terras nesse país onde 1% dos proprietários detêm 45% da área rural brasileira?

ESCOLA MILITAR CALA BOCA NÃO MORREU

[16-04-2024]

TENENTE SILVA – Professora Sônia, seja bem vinda a esta instituição. A Escola Militar Cala Boca Não Morreu oferece um **ensino** comprometido com os **valores** da **tradicional família brasileira**. Zelamos pela **disciplina**, pela **moral** e os **bons costumes**. E, claro, não permitimos que conteúdos que confundam o caráter de nossos alunos estejam nos nossos currículos.

PROFESSORA SÔNIA – Obrigada, tenente Silva. Acompanho esta escola desde o início do processo de militarização. Admiro o trabalho de vocês e acho que a educação brasileira precisava de pessoas assim, firmes e dispostas a acabar com o **descaso** e a **falta de vergonha** que pairam nas escolas públicas deste país. Acompanhei desde o início

mesmo, lembro-me das audiências públicas. Foi uma **confusão** que saiu até no no jornal local. Ali eu tive a certeza que tem gente que quer ver o Brasil na **lama**.

TENENTE SILVA – Nem me lembre, professora. Nós, de um lado, com um projeto de educação nunca antes visto no Brasil, e a comunidade preferiu ouvir um bando de **vândalos** que bradavam “nossos escolas não são quartéis”, “precisamos resistir à militarização”, “abaixo à ditadura nas escolas”!

PROFESSORA SÔNIA – Eu me recordo do horror, tenente! Ainda bem que isso não barrou a entrada de vocês nessa escola. Nem sempre a voz do povo é a voz de **deus**.

TENENTE SILVA – Boa parte daquela gente retirou seus filhos desta escola. Mesmo diante das **melhorias** que fizemos: piscina, ginásio, salas climatizadas, computadores novos, câmeras de segurança...

PROFESSORA SÔNIA – Difícil mesmo entender o que se passa na cabeça dessa gente. Eu tenho uma prima que retirou o filho daqui, mas não porque não gostasse da escola. Ela perdeu o emprego e não tinha condição de comprar o **uniforme** do moleque.

TENENTE SILVA – Faz parte, nem todos se **adaptam**. Uns se recusam a cortar o **cabelo** ou a abandonar o **boné**, e por aí vai... Liberdade demais, disciplina de menos. Por isso resolvemos intervir nos rumos da educação.

PROFESSORA SÔNIA – Esta escola é mesmo uma **preciosidade**. Veja você, estamos aqui na diretoria, a 20 metros das salas de aulas e, sequer, ouvimos um ruído! Entre numa escola pública convencional e verá o **inferno** que é! Crianças e adolescentes circulando pela escola, falando alto, vestidos de todo jeito...

TENENTE SILVA – Você tem toda razão, professora Sônia. Falando nos estudantes, veja só: desde nossa entrada, o **perfil dos estudantes** só melhora. Aos poucos, muitas famílias

têm trazido seus filhos das escolas particulares para cá. Até o cheiro da escola mudou! Claro, nas cidades grandes a situação é um pouco distinta. Lá, os colegas precisam ser mais **incisivos**, lidam com um público mais **rebelde**, se é que você me entende...

PROFESSORA SÔNIA – Perfeitamente. Mas também lá, na cidade grande, as escolas militarizadas são fundamentais! Uma juventude que precisa aprender a obedecer, a seguir regras, a se vestir e comportar feito **gente**, a conhecer **limites**, a introjetar os **valores patrióticos**. Afinal, pra que serve a **educação** se não é para ensinar a população a viver **nesta sociedade** de forma **harmônica**?



GLOSSÁRIO

Adaptar: negociar princípios ético-políticos-pedagógicos.

Bons costumes: hipocrisia.

Cabelo/boné: atributos da cultura juvenil.

Confusão: resistência.

Descaso: liberdade.

Deus: artifício para justificar o *status quo* e impedir a indignação.

Disciplina: obediência acrítica.

Educação: instrumento de legitimação dos fundamentos do capitalismo.

Ensino: doutrinação

Nesta sociedade: desigual, estratificada em classe.

Falta de vergonha: autonomia.

Gente: animal adestrado.

Harmônica: alienada.

Incisivos: violentos, autoritários.

Inferno: diversidade de vozes, de sujeitos.

Lama: constitucionalidade.

Limites: censuras.

Melhorias: privilégios orçamentários.

Moral: conservadorismo.

Perfil dos estudantes: condição de classe, raça, ideologia.

Preciosidade: ilegalidade.

Rebelde: preto e pobre.

Tradicional família brasileira: ilusão que desconsidera um dado importante de que as mulheres são, majoritariamente, as chefes das famílias brasileiras.

Uniforme: quando pago, instrumento de segregação social e exclusão escolar.

Valores patrióticos: instrumento de justificação de práticas persecutórias e xenofobia.

Valores: preconceitos.

Vândalos: defensores de direitos humanos.

10 MINUTOS DE SILÊNCIO

[16-12-2025]

“Soluções tecnológicas para problemas complexos, não são avanços, são retrocessos.” Essa foi uma das frases que circularam no seminário final do curso “Formação de diretores escolares para a escuta: cartografias existenciais de Pessoas com Deficiência em escolas públicas do estado da Paraíba”, na última sexta de novembro de 2025, na Universidade Federal da Paraíba. Abordo, nesta crônica, a relação entre escola, tecnologia e sofrimento.

Numa aula remota, no mencionado curso, o professor Rodrigo Emídio lançou algo mais ou menos assim: ao invés de reforçar o fetiche tecnológico, não seria papel da escola estimular exatamente o oposto, a autonomia dos sujeitos perante a tecnologia? Da pergunta do Rodrigo, salto – no

tempo e no espaço – para a resposta de um professor cubano quando indagado se houve crescimento dos diagnósticos de transtornos mentais em Cuba: “Não percebo esse crescimento. Talvez porque nossas crianças e adolescentes ainda não estão imersos nas telas como aqui (Brasil)”. Há conexões entre essas duas falas?

A “*screen time*” (tempo de tela) do brasileiro ultrapassa as 5 horas diárias, bem acima da média mundial (3 horas). Por outro – aliás, do mesmo – lado, segundo a OMS, estamos no país mais deprimido da América Latina. No mundo, em dados relativos, o Brasil só perde para a Ucrânia, Estados Unidos, Austrália e Estônia. E aí, senhora escola?

Novas formas de sofrimento (Dunker, 2020) habitam os pátios, salas e corredores escolares. Esta é a sociedade do desempenho (Han, 2015). O excesso – de impulsos, atividades simultâneas, autocobranças, incertezas –, camuflado de suposta liberdade, potencializa o sentimento de incompetência, fracasso, inadequação, FOMO (*fear of missing out*). Panóptico digital. Ninguém escapa:

estamos, precisamos e queremos ser vistos o tempo todo. *Storytelling*. fragmentos... De vida, de linguagem, de afeto. *Burnout*. Frases curtas. O ar se esvai, afogados no mar de nós mesmos. Mesmo, muito mais do mesmo. Depressão narcísica.

Calma, respiremos: há outras experiências possíveis com o tempo. Há a contemplação criativa – aquela que produz a ira – afeto distinto da irritação. Há lugar para a demora. Há lugar para o Outro. Vejamos o exemplo da Escola dos Sonhos: uma escola comunitária, no brejo paraibano (Bananeiras). Há dois anos acompanho e participo de trabalhos de campo nessa escola. O trabalho inusitado e criativo já lhe rendeu uma reportagem na Globo e alguns patrocinadores. De tudo o que vi lá, algo me chamou mais atenção: os dez minutos de silêncio. Em dois momentos do dia, as crianças se sentam no pátio da escola, onde não se tem nada a observar. Nestes dez minutos, todos devem ficar em silêncio, sem celular. Podem se olhar, abaixar a cabeça, permanecer sentados, deitar ou fechar os olhos. Muitos se olham compenetradamente.

A naturalidade com que aquelas crianças vivenciam os dez minutos de silêncio intriga os visitantes. O fato é que esta desintoxicação digital foi a ação mais inteligente (e inovadora) que vi nas escolas por onde andei nos últimos 5 anos.

A Escola dos Sonhos compreendeu que o sofrimento humano é um problema complexo e que soluções tecnológicas nem sempre o alcançam, aliás, muitas vezes, participam da causa do problema. E que há soluções mais simples do que imaginamos, desde que haja ousadia e criatividade – atributos exclusivos do humano.



REFERÊNCIA

Dunker C. *Paixão da ignorância: a escuta entre Psicanálise e Educação*. Coleção Educação e Psicanálise. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

Han B-C. *A sociedade do cansaço*. Tradução: Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

World Health Organization. *Depression and other common mental disorders: global health estimates*. Geneva: WHO, 2017.

TERRICÍDIO NO ATLÂNTICO SUL

[04/12/2019]

*A mancha vem comendo pela beira
O óleo já tomou a cabeceira do rio e avança
A mancha que vazou do casco do navio
Colando as asas da ave praieira
A mancha vem vindo
Vem mais rápido que lancha
Afogando peixe, encalhando prancha
A mancha que mancha
Que mancha de óleo e vergonha
Que mancha a jangada, que mancha a areia
Negra praia brasileira
Onde a morena gestante
Filha de pescador
Derrama lágrimas negras
Vigiando o horizonte
Esperando o seu amor*

(A mancha, Lenine/Lula Queiroga)

Dezesseis de novembro de 2019, aeroporto de Recife (PE). Computador apoiado

nas pernas, apoiadas na bagagem. Encerro uma semana de intenso convívio com estudantes, militantes e pesquisadores na nona edição do Simpósio Internacional de Geografia Agrária: SINGA. Organizado por um coletivo de estudantes, técnicos e professores da Universidade Federal de Pernambuco, o evento orbitou em torno das “Cercas que nos cegam: as naturezas das r-existências no campo na América Latina”. Destacou-se em número de trabalhos o eixo temático “Povos e Comunidades Tradicionais”. E é desta janela que vislumbrei a presente crônica.

Poderia debruçar-me sobre a situação dos povos latinoamericanos na atual conjuntura política e econômica, mas optei por reunir trechos de falas que me conduziram por uma viagem epistêmica, cultural e perceptiva ao longo da semana. Nesta viagem, novos conceitos, expressões, percursos cognitivos e sensitivos auxiliaram-me na tarefa, nada fácil, de compreender a gravidade deste que já é conhecido como um dos maiores crimes ecológicos na América Latina: o vazamento de óleo no litoral brasileiro.

Começo com as provocações de Eleonice Sacramento, do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais da Bahia:

“como pode o Estado brasileiro, tecnologicamente capaz de descobrir o Pré-Sal, desconhecer a quantidade e a abrangência deste vazamento?”

“Não é um problema do Nordeste, o óleo já chegou ao Espírito Santo. É um problema da América Latina: trata-se da contaminação do Atlântico Sul!”

“os turistas que apreciam a culinária costeira sabem que boa parte dos pescados e territórios tradicionais estão contaminados?!”

“o óleo já não é um problema ao turismo, os danos nos destinos mais visitados foram imediatamente remediados. São as comunidades tradicionais, compostas em sua maioria por corpos negros, os principais atingidos.”

“Estamos diante de um caso evidente de Racismo Ambiental!”

A indignação de Eleonice se conecta com o debate do dia anterior, especialmente a fala de Moira Ivana Millán, liderança indígena mapuche residente na Argentina. Moira coordena um grupo de mulheres

indígenas contra o capitalismo e a “*mentalidad colonizadora, esclavista, occidental*”. Autoidentificadas como doadoras e guardiãs da vida, essas mulheres reclamam “*prácticas de sociedades recíprocas con la naturaleza que sostienen la vida como principal valor*”. Denunciam, nessa caminhada, todas as feições do ecologismo de direita: ecofascismo, ecorracismo, eco – imperialismo, eco-business, eco-tecnocracia etc.

Duas expressões cunhadas por Moira no SINGA pareceram-me bastante elucidativas da “cosmografia” de seu povo: **Corpo-Território e Terricídio**. Trago, não os respectivos conceitos, mas duas passagens do discurso de Moira que nos permitem compreendê-los em operação:

1) Moira conta que há, entre as crenças mapuches, o entendimento de que se cura o medo (pânico) com a ingestão da carne do animal mais valente. Na Patagônia, a pessoa acometida pelo medo deve, então, comer a carne de um puma. Ela finaliza com a provocação: *Imaginem como estão vocês, da sociedade ocidental, que se alimentam da carne*

de animais criados em regime de confinamento, onde o medo é uma constante?

2) Moira narra um episódio, ocorrido na Espanha, quando foi acionada para mediar uma situação de conflito por água que envolvia indígenas. Pediram-lhe que fosse até o local e proferisse a oração ancestral de seu povo invocando o “espírito do Rio” que, na cosmologia mapuche, habita também os corpos humanos. Entretanto, no território que visitara, Moira não se deparou com um Rio, mas com um córrego d’água sem espírito, um cadáver. O espírito do Rio havia abandonado aquela comunidade, destituída, portanto, de parte de seu **corpo-território**.

Esses dois relatos ilustram a compreensão indígena do corpo enquanto extensão da natureza, e do caráter tridimensional da vida (tangível, cultural, perceptível ou espiritual). Tudo que se impõe contra a reprodução da vida na Terra é designado pelas mulheres mapuches como práticas “terrificadas”. Em contraponto, defendem a autodeterminação dos corpos-territórios e

atitudes “cosmocêntricas”: viabilizadoras da vida na terra.

Voltei de Recife convencida de que o vazamento de óleo no litoral brasileiro não é nada menos que um gravíssimo Terricídio no Atlântico Sul: uma violência contra os corpos-territórios das comunidades tradicionais que habitam as regiões costeiras, detentoras do direito inalienável ao espírito do mar.

SOBRE O LIVRO

Formato: 12x19,5 cm

Fonte: GoudyOlSt BT

Número de Páginas: 114

Suporte do livro: Impresso / E-book

Todos os direitos reservados.

Existem algumas palavras que nos acompanham de longa data. São tão nossas que esquecemos o dia do encontro; seus mistérios fônicos revelam os mistérios da nossa alma. Calundu, a palavra da infância oral, foi decisiva quando a menina pegou o lápis e escreveu seu nome no mundo. Ana Carolina celebra, aqui, a maternidade da linguagem. Em belas crônicas, a irritação sutilmente irônica e amorosa da narradora rouba a atenção do leitor. A introdução instiga a leitura da primeira crônica; esta, por sua vez, evoca a próxima, e assim entramos na ciranda lexical de Calundu. Algumas são tão maravilhosas que nos fazem demorar um pouco mais. É uma obra que escuta os conselhos de Paulo Freire e luta contra toda forma de privatização. Alunos e professoras corporificam as dimensões profundas da desumanidade e da resistência. Esses muitos sujeitos das crônicas evidenciam uma narradora polifônica e atenta. Calundu é um ato de resistência e esperança.

Rodrigo Emídio Silva

Professor de Geografia nas redes
estadual e municipal de Goiânia
Doutorando em Geografia (IESA/UFG)

O livro é um passeio sério – e severo – por temas como corpo, educação, subjetividade, terricídio, escola, geografia, lutas, resistências, literatura, escrita, caderninhos vermelhos, violência e outros. É a ação de um pensamento crítico vivo, audaz e original. Tudo se constrói no labor de textos concisos, de sintaxe enxuta, de frases fortes e cortantes, fluindo em direção ao assombro e à maravilha de se encontrar viva e atuante, sem se esquivar de si mesma e de seu tempo.

São páginas reveladoras de uma luta contra a mediocridade. São páginas de quem sabe que a experiência humana é tensa, contraditória e desafiadora. Isso é o que se tem para o almoço com os amigos e com as amigas.

Eguimar Felício Chaveiro

Professor da Universidade Federal de Goiás
Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e
da Academia Trindadense de Letras, Ciências e Arte